

# **A SUSTENTABILIDADE COMO INTELIGÊNCIA HERMENÊUTICA DE CUNHO TRANSFORMADOR**

**ROBERTO JOSÉ COVAIA KOSOP**

Mestrando em Direito pela Unicuritiba.

**SIRLENE ELIAS RIBEIRO**

Mestranda em Direito pelo Unicuritiba.

**MARIA CLARICE SACCHELLI MORAES PIOTTO**

Mestranda em Direito pelo Unicuritiba.

## **OBJETIVO**

A sustentabilidade, inserida no sistema brasileiro, deve ser considerada não somente como um valor estruturante do ordenamento, mas como molde interpretativo que objetive a materialização dos objetivos fundamentais da República. O modelo inconsequente de progresso ilimitado e globalizado, por muitas vezes, fomenta o crescimento das disparidades sociais e ambientais. Desta forma, preocupando-se com a latente falta de resposta do campo jurídico na promoção da dignidade coletiva, o presente artigo propõe uma ressignificação da sustentabilidade que deve transcender ao mero acoplamento com o conceito de desenvolvimento. Reivindica-se, portanto, que a carga semântica e axiológica seja equiparada à uma inteligência hermenêutica hábil à sustentar os princípios éticos-jurídicos e fundamentais do ambiente coletivo para fins de efetivar a renovação das relações contemporâneas.

## **METODOLOGIA**

Importante salientar que a construção do artigo foi orientada por uma pesquisa bibliográfica, em especial com estudos reflexivos e interdisciplinares com

fins de expandir os entendimentos jurídicos e, concomitantemente, por um método fenomenológico-hermenêutico, considerando que o tema está diretamente relacionado ao contexto no qual os pesquisadores se inserem. Não é possível conceber uma cisão entre os sujeitos e o objeto de estudo, vez que pretende-se, sob um enfoque emancipatório e coletivo, rever o paradigma epistemológico que suprime as técnicas de percepção hábil à estender os conceitos legais à novos parâmetros capazes de reivindicar uma eficácia proveniente do campo jurídico ao âmbito social.

## REVISÃO DE LITERATURA

Assim, o trabalho proposto encaixa-se no viés de transformar a prática discursiva neste tocante, deslocando as estruturas antropocêntricas que engessam o campo jurídico, em especial, em suas ramificações constitucionais e ambientais.

Para se alcançar os resultados pretendidos, entende-se de que o mercado não consegue lidar com as externalidades negativas, solicitando uma regulamentação interdisciplinar do pesquisador. A visão antropocêntrica instrumentalizou uma percepção limitada dos valores constitucionais, carecendo, desta forma, de ações comunicativas que tragam eficácia à realidade do presente e plantem a possibilidade de majoração do desenvolvimento sustentável ao futuro.<sup>1</sup>

Neste mesmo viés, os elementos realistas presentes nas interpretações contemporâneas oferecem contradições entre a prática e a teoria, explicando que ditos valores universais, como os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, podem ser distorcidos pelos mais variados sujeitos em prol dos interesses individuais. O cenário nacional, outrossim, encontra-se em um inédito estado normativo de paradoxos discriminatórios e atentatórios a dignidade e ao meio ambiente, como valores supremos e coletivos.

Desta forma, entende-se que é necessário transcender da perspectiva de colonialidade que opera no plano da existência social.

A ideia central é, como já referimos, que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que

---

<sup>1</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007., p. 25-28.

conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes”.<sup>2</sup>

Em uma perspectiva pós-colonial, a sustentabilidade ganha novos ares, vez que busca uma percepção híbrida aos valores culturais, às metáforas de linguagem e aos discursos jurídicos corriqueiros. Logo, “na perspectiva de democratização do desenvolvimento, o paradigma necessita ser completamente mudado”<sup>3</sup> e, conseqüentemente, superar a monocultura do saber e do vigor que define o saber científico, no tocante a sustentabilidade, dentro do campo jurídico. Os conhecimentos interdisciplinares e alterativos não podem mais ser descredibilizados nos grupos sociais que se encontram inseridos neste debate.

O interconhecimento e a pluralidade das formas de conhecer compõem a “diversidade epistemológica do mundo”<sup>4</sup> e, neste contexto, tem-se impulsionada a observação de uma ecologia que prolifera as possibilidade de desenvolvimento sustentável aliado ao crescimento.

Deste saber ambiental emerge a politização do conhecimento que opera em uma tentativa de reapropriar o campo de estudo nas diversas disciplinas e correntes epistemológicas. Assim, configura-se a ecologia política, aliada a sustentabilidade, como:

Uma concepção crítica do conhecimento que exerce uma vigilância epistemológica sob as condições sócias de produção do saber e do efeito do conhecimento sobre o real, que se desdobra em estratégias de poder no saber dentro da globalização econômico-ecológica.<sup>5</sup>

A democracia, por sua vez, configura um sistema político mais do que complexo quando verifica a existência da pluralidade e da concorrência de epistemes, mesmo que, ainda permaneçam em um pacto republicano e federativo devidamente constituído. Logo, o campo jurídico precisa considerar informações e

---

<sup>2</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: \_\_\_\_; MENESES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 13.

<sup>3</sup> SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 58.

<sup>4</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 2ª ed. SP: Cortêz, 1996. p. 45.

<sup>5</sup>LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 300.

comunicar-se com as demais searas sociais que possam produzir, de forma reflexiva, entendimentos voltados ao desenvolvimento sustentável que permita uma reciclagem sistêmica neste novo período de revolução sustentável.<sup>6</sup>

Neste sentido, importante perceber a sustentabilidade de forma multidisciplinar, em seus caracteres cultural, espacial, ecológico, político, social e econômico.<sup>7</sup> Por uma epistemologia complexa, tais pontos são essenciais para vislumbrar os desdobramentos socioambientais presentes em uma sociedade periférica que pretende, cada vez mais, ganhar espaço dentro de um debate global.

## RESULTADOS OBTIDOS

A partir da análise dos dados coletados e das comparações contidas nas referências utilizadas para a presente elaboração, verifica-se que a presente temática não se encontra esgotada, necessitando, portanto, passar por intensas reavaliações e ponderações significativas que possam trazer novos parâmetros de pesquisa no tocante à posição da sustentabilidade como um valor transcendental à norma e ao princípio constitucional.

Desta forma, possível afirmar que o trabalho apresentado reclama por uma sustentabilidade multidimensional e contrária a insaciabilidade do consumo e do imediatismo da sociedade contemporânea. Pensar no presente não necessariamente refere-se a esperar resultados individuais, mas sim, ter a promoção de uma episteme que ultrapasse os reducionismos positivistas e a monocultura de produção do conhecimento, prezando pelo diálogo democrático e consistente na seara ambiental.

## TÓPICOS CONCLUSIVOS

O presente artigo, portanto, conclui que a sustentabilidade deve ser transcendida do seu caráter de valor ético para um princípio de hermenêutica

---

<sup>6</sup> MEADOWS, Donella H. **Limites do Crescimento**: a atualização de 30 anos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007, p. 270.

<sup>7</sup> SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 71-72. *passim*.

constitucional que garanta a dignidade dos seres vivos, além dos humanos, e dos demais preceitos da Constituição Federal.

A partir do instante que o pesquisador obtenha o entendimento de que o desenvolvimento sustentável, não somente se direciona ao futuro, mas, necessariamente, ao presente, estar-se-á possibilitando a criação de responsabilidades antecipatórias e políticas regulatórias fortificadas dentro do contexto coletivo. O Direito Ambiental, por sua vez, ganhará raízes emancipatórias, abarcando novos objetos de estudo que compreendam uma escolha valorativa dos assentos constitucionais.

A inclusão e a tolerância para com o meio ambiente são passos cabais para que o ser humano, efetivamente, viva uma vida digna, sem perigos iminentes e irremediáveis de desequilíbrio ambiental ou de violação dos direitos fundamentais expressos no texto constitucional.